

Livros & Revistas

GÉRARD, Albert. *Etudes de littérature africaine francophone* — Dakar/Abidjan. Les Nouvelles Editions Africaines, 1977, 176 pp.

O nome de Albert Gérard tornou-se familiar nas áreas da crítica de literatura africana, e enquanto suas conferências podem ser coletadas entre Montreal e Sydney, seus artigos estão espalhados em diversas publicações, como a americana *Review of National Literatures*, a francesa *Revue de Littérature Comparée*, a portuguesa *África-Literatura, Arte e Cultura*, a belga *Bulletin des Séances de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer*, e a pequena mas muito bem organizada *Revue Universitaire du Burundi*, publicada na Universidade de Bujumbura. Uma vez que muitas dessas publicações não são facilmente disponíveis para os pesquisadores, especialmente os das universidades africanas, a presente seleção dos ensaios de Albert Gérard em forma de livro parece ser muito oportuna.

Cronologicamente o volume vai de 1961 ("Cheik Hamidou Kane") a 1974 ("La Francophonie dans les lettres africaines"). Seus temas estão distribuídos sob três títulos principais — além da Introdução e da Conclusão — ou sejam, "Négritude et Francophonie", "Poésie" e "Roman". Apesar de sua declarada preocupação com uma suposta área monolíngüística de literatura africana, o autor demonstra seguidamente seu enfoque intrinsecamente comparativo, o único válido para lidar com o assunto numa escala continental e tratar de assuntos fundamentais como, por exemplo, a periodização da literatura africana. Serve de testemunho seu capítulo sobre "Né-

gritude et Francophonie", com seu amplo escopo e seu posicionamento crítico a paralelos e correntes interligadas, suas referências ao cenário transatlântico anglofônico e lusofônico e sua percepção do poderoso substrato das literaturas orais. Comparativamente, um capítulo semelhante em, digamos, o livro de Robert Cornevin *Littératures d'Afrique Noire de langue française* (Presses Universitaires de France, 1974), apesar de todo seu potencial informativo e da cuidadosa atenção ao detalhe, surge decididamente como bidimensional.

Se bem que ninguém vá negar o valor de estudos monolíngüísticos em profundidade, tratando de uma literatura nacional, uma escola, um autor, ou algum aspecto de sua obra poética, o estudante da moderna literatura africana que se propõe a uma discussão significativa de desenvolvimentos globais no Continente deve dominar várias línguas, ou, ao menos, estar disposto a fazer um uso judicioso das pesquisas feitas por outros lingüistas tão bem dotados. O R. Dathorne, em *The Black Mind, a History of African Literature* (University of Minnesota Press, 1974), cobre adequadamente as maiores áreas lingüísticas africanas, ao menos até o ponto em que diz respeito a seus exoletos, mas Kofi Awoonor em *The Breast of the Earth: A Survey of the History Culture and Literature of Africa South of the Sahara* (Garden City, N. Y.: Anchor Press/Doubleday, 1975), consegue um curioso efeito de muti-

lação omitindo a mais antiga tradição literária africana de qualquer língua europeia fora do latim, ou seja, a portuguesa. Albert Gérard consegue esse notável equilíbrio em todos os seus escritos sobre literatura africana e em suas conexões transatlânticas, porque, além de fluente em francês, inglês e português, possui invejáveis credenciais na literatura americana negra **Les tambours du néant: le problème existentiel dans le roman américain** (Bruxelas: Renaissance du Livre, 1969), assim como nas tradições literárias nativas do continente Africano (**Four African Literatures: Xhosa, Sotho, Zulu, Amharic** Berkeley, University of California Press, 1971).

Apesar de seu conhecimento de antropologia cultural e seus conhecimentos das condições locais em ao menos uma parte da África Negra — ele foi um dos fundadores da Universidade de Lubumbashi, agora parte integrante da Universidade Nacional do Zaire — o Professor Gérard não se deixa prender aos detalhes antropológicos ou levar-se pelos teoremas sociológicos. Ele é, antes de tudo, um erudito profundamente comprometido com a “ciência literária”, como prefere chamá-la, e nunca deixa nenhuma sombra de dúvida quanto ao seu critério de prioridades desde o **terminus post quem** de suas investigações:

“O nascimento das literaturas neo-africanas é, antes de tudo, um fenômeno literário que desperta problemas de ordem literária”. (p. 13).

Na crítica literária, ele recusa terminantemente a adoção de um duplo conceito:

“Sob o ângulo da crítica, seria insultante emitir julgamentos estéticos sobre escritores africanos baseando-se em outros critérios que não aqueles que são geralmente utilizados para as obras da literatura universal” (ibid.).

Ao mesmo tempo, contudo, o professor Gérard dá uma generosa dose de relativismo cultural às suas considerações. A literatura

africana não pode ser integralmente apreciada de uma remota torre de marfim: “... é preciso apesar de tudo aceitar que, em tais assuntos, o “mandarinismo” não é cabível” (p. 15). Um bom exemplo dessa perspectiva ampla que distancia consideravelmente Gérard de conceituações culturais de fundo europeu pode ser vista em suas explicações de poemas, principalmente no segundo de dois ligados ao poeta malgache Jean-Joseph Rabéarivelo:

“Exil au sol natal, exil, o pur exil!”.

Após uma leitura cuidadosa e sensível desse soneto, no qual o eu poético parece estar em comunicação com o cosmos da ilha, sol, areia, palmeiras e túmulos reais e sendo então, colocado na tradição romântica do homem que se projeta para o exterior nas manifestações da natureza, nos é dito que o assunto poderia ficar ali se o soneto tivesse sido escrito por um francês. Contudo, sendo o produto de um ambiente radicalmente diverso, tanto cultural como biológico, a criação artística de alguém que pode partilhar conosco a mesma linguagem mas não idêntica sensibilidade, impõe-se uma segunda leitura. Baseando-se nas estruturas contextuais mais do que nas textuais, essa segunda leitura dará respostas a um número de questões até então em suspenso e os centros simbólicos e metáforas usadas pelo poeta — exílio, palmeiras e a distante Malaia — tomam dimensões inteiramente novas. O que para o ocidental apareceria apenas como sonhos subjetivos de um indivíduo isolado, é, de fato, a reflexão da experiência histórica coletiva da ilha-nação. Para poder explorar completamente um trabalho de literatura africana em todas as suas nuances e conotações, temos, assim, de passar por uma espécie de iniciação cultural.

Um exemplo marcante da amplitude da iniciação cultural do próprio Albert Gérard está em sua análise de um volume de poe-

mas do poeta zairese Bolamba; intitulado *Esanzo* (Paris: Présence Africaine, 1955). O ensaio de Gérard "Atoine-Roger Bolamba ou la révolution subreptice" é parcialmente uma polêmica contra um comentário condescendente e paternalístico no prefácio do livro de Bolamba:

"É preciso felicitar o poeta por ter permanecido negro e banto. Melhor ainda, de não ter idéias.

Os textos presentes não são senão *geysers* de imagens".

Isso parece Lévy-Bruhl não diluído. De fato é Senghor ultraconcentrado. Não poderemos seguir todas as ramificações do argumento de Albert Gérard porque isso significaria termos de reexaminar a maioria das citações de Bolamba, das quais o artigo de 18 páginas está generosamente provido. Mas, em resumo, diz que Bolamba, longe de ser o inócuo, politicamente mentecapto *geyser* propulsor de imagens, no qual Senghor tenta transformá-lo, esconde um código diamantino de rebelião sob uma linguagem poética aparentemente irracional ou sinteticamente desconexa (já que de inspiração surrealística) que lança uma profusão de objetos folclorísticos:

"mes mots apocalyptiques
ont un sourire sucré
mes audaces de sable
narguent les propos incendiaires
mon courage de pachyderme
détie l'obreption".

Albert Gérard poderia ter acrescentado que Senghor, completamente estonteado pela crítica surrealista que rejeita qualquer princípio estrutural em poesia — seja de pensamentos ou de composição, donde a observação chela de ódio de André Breton "Cuspamos, passando, em Edgar Poe", deixou de levar em conta que o elemento moderno de controle consciente sobre a torrente de

inspiração que surgiu do frenesi do Romantismo no maior dos poetas do século XIX, Gérard de Nerval ("dominar seu sonho eterno em vez de lhe ser subjugado") e que, mesmo, foi formulado de modo idêntico pelo maduro Victor Hugo, o qual, após a intoxicação verbal de sua juventude chegou a se ver como "arquiteto de minhas fantasias". Compelido pela censura colonial a esconder sua "idéia mestra", sua preocupação principal, sob um meio de imagens. Antoine-Roger Bolamba também "controla seu sonho" — o sonho de uma rebelião das origens para restaurar a dignidade ferida do homem.

Uma crítica que poderia ser feita à obra de Albert Gérard — ao menos na maioria dos capítulos — é que ele não se preocupa com o impacto — ou sua ausência — da literatura africana de língua francesa em seu próprio cenário nativo. Sua principal preocupação parece ser apresentar e expor essa literatura a um auditório ocidental e ele nota com aparente satisfação o "traumatismo salutar" de livros que como o de Mongo Beti *Le pauvre Christ de Bomba*, iriam infligir no leitor europeu. Esse enfoque unidirecional a respeito da "Rezeption" é, contudo, compreensível, se levarmos em conta que mesmo um auditório educado como, digamos, os dos leitores da *Revue Générale Belge* na qual vários dos artigos de Gérard apareceram, talvez não se lembrem muito mais acerca da moderna literatura africana do que os poucos títulos dispersos que surgiram, relativamente cedo das próprias colônias belgas — como as narrativas de Badibanga *L'Elephant qui marche sur les oeufs*, Bruxelas, 1931; a novela de Paul Lomami Tshibamba, *Ngando*, Bruxelas, 1948; o conto autobiográfico de J. Save-rio Naigiki "Escapade Ruandaïse", Bruxelas, 1950, e a novela de G. Bolomba, *Kawvanga*, Namur, 1954 e, mesmo estes, muitas vezes expelidos da consciência popular pelos trágicos acontecimentos da

crise da independência do Congo. Para uma tal audiência, ensaios como "Cheikh Hamidou Kane" (1961), "Mongô Beti: le missionnaire dans le roman africain" (1964), e "Sembène Ousmane: Les générations dans le roman africain" (1965), representam a única iniciação.

Uma nova edição dessa obra notável, que certamente será em breve necessária ficará melhor sem alguns erros nos nomes de outros críticos — como Stanley (em lugar de Samuel) Allen na p. 49. O demônio-impressor, de modo geral sob controle, venceu no nome do falecido Langston Hughes, que franceses de todo o mundo, desde que seus primeiros poemas traduzidos apareceram na *Revue du Monde Noir* quase 50 anos atrás, sempre compulsoriamente escreveram como o de seu primeiro rei no século X, "Hughes" (pp.33, 37).

Willfried F. Feuser

KYEMBA, Henry. *A State of Blood (The Inside Story of Idi Amin)*. New York, Ace Books, 1977. 288p.

O presente livro é mais uma tentativa de justificação do autor, por ter servido ao regime de Idi Amin, que agora denuncia, do que uma apresentação da mecânica do funcionamento do regime, sumariamente representado, ou uma biografia de Amin.

A história da formação de Uganda é feita do modo mais superficial. A história dos três principais reinos, Buganda, Bunyoro e Toro, quase não é apresentada. As lutas entre Kabarega de Bunyoro, tentando reconstruir o império Bunyoro-Kitara, a reconquista do reino de Toro, desligado de Bunyoro e a posição ambígua do reino Banga (Buganda) frente a essa situação; o surgimento dos ingleses nos últimos decênios do século XIX, a resistência local, o final quase idênti-

co de Kabarega de Bunyoro e Mwanga II de Buganda, destronados e resistindo através de guerrilhas até a captura; o problema da adoção quase simultânea do Islamismo e do Cristianismo (Catolicismo e Protestantismo) em Buganda, ainda no reinado de Mutesa I, a crise entre os conversos e os velhos conselheiros animistas de Mwanga II, a perseguição e martírio dos cristãos, a guerra civil, os reis usurpadores islamizados, tudo isso de que se aproveitam os britânicos para controlar o reino de Buganda, acabando por coroar uma criança, filho de Mwanga II, sob longa regência do partido protestante chefiado por sir Apolo Kagwa conseguindo assim o controle do mais importante reino de Uganda; a recomposição do reino de Toro e sua afirmação sob Kasagama, já nos primeiros decênios de nosso século; a criação de uma pequena burocracia nativa, a sujeição dos reis locais e a submissão das províncias mais importantes, tudo isto construindo Uganda, protetorado britânico, e que tanto poderia explicar a história atual do país, é quase que silenciado.

Kyemba começa com a independência (1962) e a precária situação do rei de Buganda, Mutesa II, como presidente de Uganda, e Milton Obote, como primeiro ministro. Obote, um membro do segundo escalão dos quadros administrativos coloniais, mas da importante tribo Landi, dá um golpe, depõe Mutesa II e assume o governo (1966). Falta-lhe, contudo, a estatura de outros grandes líderes da independência africana.

Kyemba é secretário de Obote e assiste sua ditadura, apoiada no exército, onde vai se impondo a liderança de Idi Amin. Exército pouco seguro, indisciplinado, que se rebela três vezes (1964, 1966 e 1969) por motivos de soldo, sem ser reprimido. Entre 1966-70 começa a crise Amin contra Obote e suas tendências vagamente socialistas. É em Singapura, onde

assiste a uma conferência (1971), que Obote é deposto por golpe de Amin. De Singapura a Dar-es-Salaam (p. 35-38) Kyemba abandona rapidamente o barco e regressa a Uganda, onde continuará no mesmo cargo, sem ter se esquecido de atender a um pedido de "comprar-lhe um presente", feito por Amin, antes do início da viagem.

Kyemba classifica o governo de Amin de um "governo de gangsters" (p. 15). Explica que Amin, da tribo dos Kawka, não muito importante, e não sediada apenas em Uganda, mas também no Zaire e no sul do Sudão, teme as principais tribos ugandenses (Lango e Acholi) e as persegue, assim como assenta seu poder numa guarda recrutada entre os sudaneses do sul, verdadeiros mercenários que só o têm como apoio. Esse regime de terror foi abalado por uma fraca tentativa de invasão dos partidários de Obote (setembro/72), por um contragolpe em março de 74 que forçou a partida de um dos principais chefes sul-sudaneses mais odiados, Marella (p. 136), após saquear os cofres públicos e sem chegar a influenciar a base desse apoio de Amin.

Em setembro de 1972, o próprio irmão de Kyemba é assassinado, mas este, sabendo que resignar a seu cargo sem fugir do país seria impossível (p. 117) e justificando que sua defecção, pelo pequeno posto que ocupava "não causaria impacto", decide permanecer. Viaja brevemente em caráter oficial e retorna ministro. Espera, agora, "exercer uma influência benéfica no governo" (p. 118), apesar de reconhecer que as reuniões do gabinete nada significam "devido à obediência servil e ao medo dos ministros" (p. 101).

Finalmente, no caso do seqüestro do avião israelense e no ataque a Entebe (junho-julho, 1976), Ministro da Saúde, Kyemba está diretamente envolvido. Por razões humanitárias levará a pobre Dora Bloch, passageira idosa e

doente para um hospital na cidade e a deixará permanecer pela noite. Isso evitou que ela fosse resgatada pelos comandos israelitas e servirá de vítima para vingança de Amin, sendo assassinada. Kyemba, lamentando, confessa sua participação na tentativa de ocultar o crime (p. 166-178).

Justificará sua fuga com o assassinato dos colegas Oryema e Oboth-Ofumbe e do Arcebispo Luwuum (fevereiro, 1977), quando, enfim, percebe que nada pode fazer (p. 186-188). Na verdade, logo depois, reconhece que "sabe demais" (p. 192) e é perigoso ficar.

Kyemba não esconde ser Amin um assassino, inclusive do amante de sua quarta esposa (p. 161). Kyemba prepara cuidadosamente sua fuga, disfarçada em missão oficial ao Exterior (maio, 1977), após arranjar a fuga da família e tomar as medidas possíveis para defender seus bens (p. 226) e é finalmente decidido, quando já no Exterior, por colóquios pouco sutis com o próprio Amin (p. 6-7). Kyemba justifica a permanência do regime de Amin pelo uso indiscriminado do terror e pela possibilidade de vida a nível de subsistência, nas áreas rurais (p. 249-250) pouco atingidas pelo caos econômico, de um regime que prosperou através de saques indiscriminados, como o botim conseguido após a expulsão dos asiáticos em agosto de 1972 (p. 56-57). Outra explicação para a sobrevivência dos Idi Amins está na existência dos Henry Kyembas, em sua servilidade e disposição em colaborar para conseguir uma fatia do bolo do governo.

Emmanuel Ribeiro Guimarães

BARRON, John & PAUL Anthony, Peace with Horror (The Untold Story of Communist Genocide in Cambodia). London, Hodder & Stoughton, 1977, 234p.

Livro baseado nos testemunhos colhidos por observadores da que-

da de Phnom Penh e da rápida ordem de expulsão virtualmente total e imediata da população da cidade, população inflada a cerca de 3 milhões de habitantes pelos refugiados da guerra, bem como por testemunhos colhidos em pouco mais de um ano, entre os refugiados que, de cidades e campos, dos mais diversos estratos sociais, cruzaram as fronteiras do país, para fugir ao regime, é um relato digno de análise e questionamento. A própria origem dos dois autores, ambos ligados ao **Readers' Digest**, que não peca por excesso de neutralidade, também colocaria ressalvas na credibilidade total dos fatos apresentados.

Por outro lado, com exceção da China, o regime do Khmer Vermelho de Pol Pot e de Khieu Samphan não conseguiu defensores no cenário mundial. Sua derrocada rápida frente ao ataque vietnamita também parece indicar falta de maior apoio popular. As guerrilhas que estariam reagindo irradiam de território chinês e suas vitórias são bem pequenas. O voto norte-americano na ONU não foi ao governo deposto, mas um protesto contra a invasão vietnamita do Cambódia. Certamente esquecidos que a tragédia do Cambódia neutralista do príncipe Norodon começou com o golpe da CIA em março de 1970, instalando o corrupto marechal Lon Nol e abrindo o Cambódia aos vietnamitas do sul, clientes dos norte-americanos, com o único efeito de acabar o neutralismo, reforçar o Khmer vermelho, retirar a liderança de Sihanouk e entregar o Cambódia, após a guerra, ao regime comunista.

O terror do regime começa nas primeiras horas da ocupação. Em menos de três dias, Phnom Penh, de 3 milhões de habitantes, passa a uma cidade fantasma. Doentes operados são transportados a mão nos leitos dos hospitais. Os mortos se acumulam na beira das estradas. Os moribundos são deixados a morrer. As execuções são sumárias. Cada depoimento do

livro é um caso de horror individual ou familiar com reflexos de horrores paralelos.

Baseado numa entidade enigmática e quase imaterial, onipresente, oniciente e onipotente, Angka Loeu, cujas ordens não podem ser questionadas, que não está sujeita a necessidade de dar explicações, exigindo obediência cega e imediata, tendo como única punição a morte, o terror do Khmer vermelho se instala.

O que queriam? Acabar com a civilização urbana? Destruir os conceitos clássicos de civilização — de bibliotecas, livros a documentos oficiais, dicionários a livros técnicos e científicos o saque, em Phnom Penh é completo (p. 20). Criar uma civilização rural? Mas além do fato de que muitos dos inválidos, anciãos e crianças não poderiam suportar uma mudança tão brusca; que muitas pessoas, pelo seu próprio treinamento anterior, pouco poderiam ser de auxílio imediato na agricultura, muitos dos infelizes, chegados às áreas onde deveriam produzir para agricultura, não encontraram terreno próprio, nem implementos agrícolas, nem sementes, nem alojamentos. E muitos, mal chegados a um local, são remetidos para outro, às vezes nas próprias regiões de onde tinham acabado de vir. Outros são transferidos quando seus primeiros esforços de cultivo começavam a dar frutos.

Já nas novas localidades, as ordens de trabalho não podem ser questionadas, por absurdas que sejam, a desobediência, uma denúncia, são seguidas de uma censura pública, o "Kosang", e de uma autocritica do culpado. Já é difícil sobreviver a um segundo "Kosang", impossível a um terceiro.

O extermínio deliberado dos quadros do antigo "regime", não só militares, policiais, políticos e burocráticos, mas até mesmo na classe média, dentre as profissões liberais, como "irrecuperáveis", levou, pela falta de médicos e

enfermeiros, à ausência de adequado atendimento a paciente do próprio Khmer vermelho. Para não falar na destruição de remédios, feitas nos primeiros dias.

Calculam os autores que, entre 17 de abril de 1975 e 1.º de janeiro de 1977 um total aproximado de 1.200.000 vítimas devam ser creditadas às ações de Angka Loeu: 400.000 ou mais durante o primeiro êxodo; 430.000 de doença ou fome durante o segundo semestre de 1975; 250.000 ou mais de doença ou fome em 1976; 100.000 ou mais em massacres ou execuções e cerca de 20.000 nas tentativas de fuga. Só a Tailândia tinha, oficialmente, registrados em novembro de 1976, 11.086 refugiados (p. 206). Para uma população total de perto de 7 milhões de habitantes é um quadro assustador... E o regime durou, com mais vítimas, até o fim de 1978.

Triste sorte do Cambódia. Triste sorte de Norodon Sihanouk. Libertado por Pol Pot, para defender seu regime na ONU, apesar de três anos de prisão domiciliar e de ignorar o destino de duas de suas filhas, o ex-Rei Norodon II, que primeiro conseguiu a independência de seu país das colônias francesas do sudeste da Ásia, que abdicou ao trono para,

como chefe de governo, ficar mais livre para agir em contato com a população, lutando durante anos por manter o Cambódia neutro na guerra francesa e na guerra americana do Vietnã, cumpriu com dignidade sua última missão pelo seu país, não defendendo o Khmer vermelho, o que não poderia fazer, mas protestando contra o possível expansionismo do Vietnã.

Pois a história do Cambódia, do século XVIII ao XIX, até a "pax francesa", foi ser retalhado pelas ambições de seus poderosos vizinhos, Sião (Tailândia) e o Vietnã com vários soberanos cambodianos presos ou exilados nos dois países (1).

É de se esperar que, seja qual for o futuro reservado ao Cambódia, lhe seja poupado o retorno do irracional terrorismo do Khmer vermelho.

Ainda que apenas 10% dos horrores relatados nas entrevistas do presente livro fossem verdadeiros, estaríamos, ainda assim, frente a um dos mais sanguinários regimes de nossos tempos, baseado no terror irracional de uma ideologia mal digerida.

Fevereiro de 1979

Emmanuel Ribeiro Guimarães

(1) Dauphin-Meunier, A. *Histoire du Cambodge*. Paris, P.U.F., 1961 198p. (Coi. Que sais-je?, 916).